



# Sumário

---

*Apresentação*, xiii  
*Prefácio à 12ª edição*, xvii  
*Prefácio à 11ª edição*, xix  
*Prefácio à 10ª edição*, xxi  
*Prefácio à 9ª edição*, xxiii  
*Prefácio à 8ª edição*, xxv  
*Prefácio à 7ª edição*, xxvii  
*Prefácio à 6ª edição*, xxix  
*Prefácio à 5ª edição*, xxxi  
*Prefácio à 3ª edição*, xxxiii  
*Prefácio à 2ª edição*, xxxv  
*Prefácio à 1ª edição*, xxxvii

## **1 Origens Históricas do *Factoring*, 1**

Apêndices, 4

Que é *factoring*?, 4

Como chegar a uma empresa de *factoring*?, 4

Quais os benefícios da utilização do *factoring*?, 4

## **2 *Factoring* no Brasil, 10**

2.1 Banco não faz *factoring*, 11



- 2.2 Fundação da ANFAC, 11
- 2.3 O contingenciamento que não houve, 11
- 2.4 Circular nº 703, da diretoria do Banco Central, de 16-6-82, 12
- 2.5 Banco é banco. *Factoring é factoring*, 13
- 2.6 Circular nº 1.359/88 – revogação da Circular nº 703, 13
- 2.7 Circular nº 1.359/88 do Banco Central, 15
- 2.8 Circular nº 1.359, de 30-9-88 – diretoria do Banco Central, 17
- 2.9 Empresa de *factoring* não é instituição financeira, 20
- 2.10 Caracterização do *factoring*, 21
- 2.11 *Factoring* – atividade mercantil, 24
- 2.12 Conceituação de instituição financeira, 29
- 2.13 Atividades incompatíveis, 32

Apêndices, 38

- O *Factoring* e a Legislação Brasileira (Professor Wilson do Egito Coelho), 38
- Circular nº 703, de 16-6-82, do Banco Central, 45
- Carta da Coban a Carlos Geraldo Langoni, 47
- Apelação de Mandado de Segurança nº 99.964-RS (4498011), 48
- Ofício DENOC/GABIN-86/109-Brasília (DF), 26-11-86, 49
- Ofício DENOC/GABIN-86/105-Brasília (DF), 14-11-86, 49
- OF/DNRC/DJ/Nº 1.054, de 29-12-86, 50
- Instrução Normativa nº 16, de 10-12-86, 50
- Regulamentação Desnecessária, 51
- Palestra Proferida por Burton R. Abrahms no I seminário sobre *factoring* realizado no Brasil, 53

### 3 Regime Jurídico e Tributário do Fomento Mercantil – *Factoring*, 59

- 3.1 Balizamento legal, 61
- 3.2 Atividade mercantil, 61
- 3.3 Regime tributário, 65
- 3.4 Empresas de fomento mercantil – inconstitucionalidade da cobrança de IOF sobre alienação de direitos creditórios, 71
- 3.5 Prestação de serviços – pressupostos básicos, 81
- 3.6 Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Lucro Real, 82
- 3.7 Operações e serviços de fomento mercantil – regime jurídico-tributário, 98
- 3.8 Consulta, 104
- 3.9 Respostas, 134
- 3.10 As incongruências do atual regime tributário do fomento mercantil, 140

Apêndices, 148

- Circular ANFAC – 033/89 – Rio de Janeiro, 1º-12-89, 148

Anexo da Circular ANFAC – 033/89,	148
Circular ANFAC – 012/92,	150
Finanças DOM 28-12-90 – P. 15 – São Paulo – SP,	152
Circular ANFAC – 003/94,	152
Instrução Normativa nº 01/93,	153
Ofício nº 700/93,	154
Ato Declaratório (normativo) COSIT nº 51, de 28-12-94,	161
Balizamento legal do <i>factoring</i> no Brasil – legislação brasileira – artigos da Lei nº 4.595, de 31-12-64,	161
Lei nº 5.474, de 18-7-68,	163
Lei nº 6.458, de 1ª-11-1977,	169
Decreto nº 2.044, de 31-12-1908,	170
Decreto nº 57.663, de 24-1-66,	181

#### **4 Efeitos Econômicos, 213**

- 4.1 Ótica das empresas de *factoring*, 215
- 4.2 *Factoring* e as instituições do mercado financeiro, 216
- 4.3 Atividades de *factoring* e controle monetário, 217

#### **5 Garantia de Solvência do Devedor (Sacado), 219**

- 5.1 Atipicidade jurídica do fomento mercantil, 220
- 5.2 Atividade de instituição financeira (arts. 17 e 18 da Lei nº 4.545/64), 222
- 5.3 Atividade de fomento mercantil, 225
- 5.4 Antecedentes históricos, 230
- 5.5 Fundamentos jurídicos, 231

#### **6 Fundeamento das Empresas de *Factoring*, 235**

- 6.1 Alternativa, 237

#### **7 Contrato de Fomento Mercantil (*Factoring*), 239**

- 7.1 Ajustes do contrato de fomento mercantil aos dispositivos do novo Código Civil, 240
- 7.2 Vendedor/credor × comprador/devedor, 243
- 7.3 Vícios do crédito, 244
- 7.4 Compra e venda, 245
- 7.5 Conteúdo do contrato, 249
- 7.6 Cessão, 251
- 7.7 Endosso, 251



## 8 Títulos de Crédito, 256

- 8.1 Títulos de crédito, 256
- 8.2 Letra de câmbio, 261
- 8.3 Duplicata, 261
- 8.4 Conhecimento de transporte, 265
- 8.5 Conhecimento de depósito, 265
- 8.6 *Warrant*, 265
- 8.7 Nota promissória, 267
- 8.8 Nota promissória rural (Decreto-lei nº 167, de 14-2-67), 267
- 8.9 Cheque, 268
  - 8.9.1 Cheque pré-datado (pós-datado) – riscos e ilusões, 269

## 9 Características Operacionais do Factoring no Brasil, 275

- 9.1 Crédito, 276
- 9.2 Espécies de crédito, 276
- 9.3 Sociedade de fomento mercantil não faz intermediação no mercado, 280

## 10 Custo da Operação de Fomento Mercantil, 282

- 10.1 Prestação de serviços, 282
- 10.2 Compra dos direitos creditórios, 282
- 10.3 Receita operacional do *factoring*, 283
- 10.4 Emissão da nota fiscal, 283
- 10.5 Metodologia do cálculo do fator adotada pela ANFAC, 285

## 11 Factoring nos Estados Unidos, 288

- 11.1 Independência americana, 289
  - 11.2 A primeira sociedade de *factoring* nos Estados Unidos, 290
  - 11.3 *Factoring* sem lei específica, 290
  - 11.4 Importância da indústria têxtil, 293
  - 11.5 Papel da justiça, 293
  - 11.6 *Uniform Commercial Code*, 295
  - 11.7 Crise bancária americana – 1930-1935, 297
- Apêndice, 299

*Factoring* não é um mar de rosas para os bancos, 299

## 12 Factoring na Europa, no Extremo Oriente e na Oceania, 302

- 12.1 Inglaterra, 303
- 12.2 França, 303
- 12.3 Alemanha, 304

- 12.4 Bélgica, 304
- 12.5 Países escandinavos, 305
  - 12.5.1 Suécia, 305
  - 12.5.2 Noruega, 305
- 12.6 Espanha, 305
- 12.7 Portugal, 305
- 12.8 Itália, 306
- 12.9 Outros países, 307

### **13 Evolução do *Factoring* Moderno, 308**

- 13.1 O papel do UNIDROIT, 309
- 13.2 Expansão do *factoring*, 312
- 13.3 Ênfase dos serviços, 312
- 13.4 Quadro comparativo das normas, 313
- 13.5 Conceituação das atividades do *factoring*, 315
- 13.6 Observações colhidas do 25º encontro anual da FCI, em Hong Kong (23 a 28-5-93), 316

### **14 *Factoring* Exportação, 318**

- 14.1 Serviços, 320
- 14.2 Funcionamento, 320
- 14.3 Vantagens, 322
- Apêndices, 323
  - A. *Factoring* exportação: o caminho do desenvolvimento, 323

### **15 Regulamentação do *Factoring* no Brasil, 327**

- PLS nº 230, de 1995 – Terminativo, 328
- Emenda – CCJ (substitutivo), ao Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1995, 336
- Parecer nº , de 2008, 338
- PL nº 3.615/2000, 348

### **16 Contrato de Fomento Mercantil, 351**

### **17 Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), 359**

- Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, 360

### **18 Banco é Banco. *Factoring* é *Factoring*, 372**

### **19 Características Relevantes sobre a Negociação de Duplicatas e o Endosso, 378**

**20 Produção × Consumo, 383**

*Factoring Alavanca a Produção, 383*

**21 Conceito de “Ad Valorem”, 386**

**22 Origens Etimológicas e Históricas do Factoring, 390**

**23 Inconstitucionalidade do IOF nas Operações do Fomento Mercantil, 393**

**24 Recompra de Títulos, 404**

**25 Jurisprudência, 418**

**26 Factoring, 451**

*Glossário, 465*

*Bibliografia, 469*